

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Braziliense Class.: Amazônia / Zon. Econ. Ecológico

Data: 30/10/92 Pg.: 13 31

### ZEE termina em oito meses

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) deverá concluir em junho do próximo ano o diagnóstico ambiental da região amazônica. O estudo subsidiará os trabalhos da Comissão de Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE), da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), responsável pela definição de uma política de desenvolvimento para a região. Segundo o coordenador da comissão, Herbert Schubart, a Amazônia Brasileira foi priorizada pelo Governo Federal no próprio decreto que criou a comissão, em setembro de 1990.

Neste momento, entretanto, outras regiões do País já estão discutindo com a SAE propostas de convênios para o zoneamento em diversas áreas. Minas Ge-

rais, Santa Catarina e Espírito Santo estão entre os estados mais interessados em ter o seu zoneamento. "Embora seja importante que cada estado possa dispor de um instrumento como este, para o Governo Federal — que busca uma visão mais global das situações nas regiões — a integração seria mais interessante", disse Schubart, justificando que a comissão está avaliando e discutindo todas as propostas.

De acordo com Herbert Schubart, que também coordena a Comissão de Macrodiretrizes Ambientais da SAE, o Zoneamento Ecológico e Econômico do País não será um produto para ficar numa parede ou numa gaveta. "Ele pretende mudar atitudes e deverá ser implementado como atividade", disse, destacando que mais importante que o trabalho da comissão será a capacidade dos estados em assumir o zoneamento ecológico e econômico com um grande instrumento para planejar o desenvolvimento sustentá-

vel. Uma das características do programa é a descentralização de ações.

Ele explicou que o ZEE não se trata de um programa ambiental. Tampouco é um mapeamento de regiões. "É um programa que abrange todos os aspectos de uma área, tendo como principal parâmetro o conhecimento científico sobre a biodiversidade, os recursos disponíveis e a potencialidade produtiva dos ecossistemas, entre outros", afirmou Schubart, lembrando que na relação homem/natureza, o zoneamento observa e se pauta principalmente pela legislação ambiental em vigor. Os aspectos econômicos são levados em consideração para se evitar empreendimentos como a rodovia Transamazônica, por exemplo, que hoje está abandonada e que não leva nada a lugar algum.

Schubart discute o trabalho da comissão com técnicos em transportes, hoje, no auditório do Ceipot.